
Trabalho paralelo e trabalho doméstico: um diálogo teórico possível?

Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções.

WEBER, Florence.

Tradução de Roberta Ceva.
Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 384 p.

Apesar de os estudos que têm como objeto o operariado, nas Ciências Humanas, serem inquestionavelmente extensos, de forma geral esses estão ligados a uma identidade operária construída na relação com a fábrica – ou outro que seja seu ambiente de trabalho formal – ou então construída na resistência a ela. Nas pesquisas que se preocupam em observar essas questões mais de perto, o ideal de bom operário ou o de bom militante não aparece puro, estando circulando e se relacionando de forma não estática, não engessada. Florence Weber, em sua pesquisa realizada entre trabalhadores/as de uma área rural francesa entre 1983 e 1985, buscou observar exatamente o que não estava nem na fábrica nem no sindicato, questionando-se sobre o que faziam os operários fora de seu trabalho em uma fábrica metalúrgica.

Socióloga e antropóloga francesa, Florence Weber se desloca na década de 1980 de Paris para Montbard, pequena cidade na qual residiu durante a infância, para, através da pesquisa etnográfica, buscar “descobrir, a partir da observação dos comportamentos operários fora da fábrica, valores e gostos positivos que permitem explicar certas práticas operárias sem reduzi-las a uma simples submissão à necessidade” (p. 254). O foco principal da pesquisadora é o “trabalho paralelo”, um termo que ela classifica como nativo (próprio dos pesquisados) e que designa uma série de atividades que produzem bens de uso que não são voltados, ou especificamente voltados, para a mercantilização. No posfácio de 2009, acrescido à edição original de 1989, a autora faz duas afirmações que podem nos ajudar na leitura de seu trabalho: “Sem dúvida nenhuma, eu era marxista e feminista (nesta ordem), antes

de me tornar etnógrafa, e este livro guarda tais vestígios [...]” (p. 272-273).

O livro se divide em três partes: “O ofício de etnógrafo”, que trata do método e da teoria da pesquisa; “Formas e funções do trabalho paralelo”, que busca explorar a prática do trabalho paralelo em si e suas valorações por parte dos trabalhadores observados; e “Pertencimentos sociais, pertencimentos locais”, que explora as relações nas quais as valorações desse tipo de atividade se constroem.

A análise é cuidadosa. As pessoas em geral são observadas em diferentes aspectos, não só pelo pertencimento àquilo que a autora chama de operariado, mas a descendência, o sexo, a renda, as relações políticas e a faixa etária são aspectos levados em conta. Considerando que, para ter acesso a informações que dados estatísticos não resolveriam sobre o trabalho realizado fora do ambiente formal (que muitas vezes não era declarado por medo de uma fiscalização governamental sobre sua irregularidade ou até pelo caráter de lazer atribuído pelos pesquisados a esse trabalho), a pesquisadora se insere no ambiente estudado para obter as informações. Assim, em muitos momentos, ela coloca suas percepções encarando-as como sendo parte do meio, apesar de trabalhar com a ideia de distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa.

Nota-se que ela se preocupa em marcar seu afastamento de abordagens que carregam a alcunha de “pós-modernas”, percepção que se completa com a ideia de que “uma interpretação aprofundada destes acontecimentos microscópicos [atividades reconhecidas como trabalho paralelo] pode torná-los exemplares” (p. 15). Mas lembra, em seu posfácio datado de 2009, que seus resultados não foram marxistas porque os operários que descreve não são proletários inteiramente presos à ordem industrial capitalista. Tais afirmações podem gerar debates. De qualquer forma, em meio a essa discussão sobre ser ou não marxista ou pós-estruturalista, a ideia de “trabalho paralelo” como revanche ao trabalho na fábrica, como uma prática de resistência, uma das hipóteses iniciais da abordagem, foi abandonada no decorrer de sua pesquisa.

Sua posição perante o feminismo chama especial atenção, principalmente, quando ela

mesma reconhece, em 2009, e talvez após receber algumas críticas nesse sentido, que sua preocupação em descrever a vida cotidiana, a produção doméstica e trocas não mercantis aproximá-la-ia, nesses aspectos, aos trabalhos feministas que se interessam pela parte invisível da economia. Uma primeira questão que tais afirmações podem gerar é de que essas discussões sobre a economia invisível, por parte dos feministas, já existiam e tinham razoável circulação quando ela escreveu seu livro, em meados para o final da década de 1980.¹ Mas o trabalho paralelo das mulheres é sucintamente citado no livro, em duas ou três linhas, apenas no pós-fácio de 2009. Quer dizer, é possível que na época da pesquisa ela intencionalmente não tenha se apropriado dessas questões feministas por razões políticas, pessoais ou até de legitimidade acadêmica.

Outro ponto, que nem ao menos no pós-fácio é tratado, é sobre as mulheres operárias. A obra é problemática na medida em que utiliza o tempo todo “os operários” como sujeito universal, e nunca especifica com clareza que se escolheu trabalhar apenas com homens. De repente, aparece uma operária que a ajuda na pesquisa, uma açougueira é citada. Mas o trabalho paralelo analisado é apenas masculino. Se ao ler a obra publicada em 1989 a crítica construir-se-ia no sentido de problematizar como uma pesquisa voltada ao trabalho invisível se esquece das mulheres que fazem parte de seu objeto (sendo o trabalho invisível de forma geral referido às mulheres), após ler o pós-fácio de 2009 e a identificação da pesquisadora como feminista (ainda que seja uma identificação secundária em relação à de marxista), pode-se questionar como uma feminista, que tomou cuidado com tantas questões, invisibilizou as mulheres em sua obra, que quando aparecem é pelo caráter de “colaboração” – termo da autora – das mulheres nesses trabalhos paralelos masculinos.

E o trabalho paralelo feminino? Esse, ela qualifica em geral como trabalho doméstico, por seu caráter de obrigatoriedade. Mas a partir do momento em que ao trabalho paralelo que ela analisa e conceitua são agregados valores de satisfação pessoal e até lazer que os diferenciariam de uma dupla jornada de trabalho, com afirmações como “Caso se trabalhasse para um patrão, faria-se muito menos” (p. 67), não entendendo a dificuldade em utilizar seu próprio conceito para uma análise voltada também às mulheres. É claro que as donas de casa, esposas de operários, não eram seu objeto, apesar de se terem feito incursões sobre elas. Mas e as mulheres

operárias? Mesmo que representando uma minoria faziam parte do quadro da fábrica. O que elas faziam com seu tempo livre? Estando convivendo na cidade por mais de um ano e tendo relações próximas com uma operária que inclusive a ajudou na pesquisa, essas perguntas poderiam ter sido feitas. Leituras de teóricas feministas sobre como o amor à família e a ideia de lazer² se entrelaçam com o trabalho doméstico poderiam inclusive ajudar nas observações sobre a realização pessoal imbricada no “trabalho paralelo”.

Os debates sobre os lugares de produção e lugares de reprodução continuam atuais,³ ainda que transformados em muitos aspectos. Talvez isso justifique a retomada desta obra (de 1989 e republicada vinte anos depois), a qual no século XXI pode oferecer subsídios para se pensarem as relações de trabalho diluídas na vida privada, a constituição de identidades construídas sobre práticas laborais e a não fixidez das relações que se dão nesses espaços; este último ponto inclusive ressaltado por Florence Weber em sua escrita. Para os estudos feministas e de gênero, talvez a maior contribuição da pesquisadora tenha sido, paradoxalmente, o que ela considerou o resultado não feminista de sua pesquisa: a conclusão de que não só as mulheres produzem fora dos circuitos de mercado. Essa conclusão tanto pode contribuir para estudos de masculinidades e identidades laborais, de trabalho reprodutivo e de relações de gênero quanto para dar mais consistência às conceituações sobre trabalho reprodutivo para se questionar a constituição hierárquica da noção de trabalho produtivo versus trabalho reprodutivo, entre outros debates afins.

Notas

¹ Exemplos de trabalhos europeus neste sentido em Maria Angeles DURAN, 1983; e Andrée KARTCHEVSKY-BULPORT et al., 1986.

² Referência em DURAN, 1983.

³ Exemplos em Cristina BRUSCHINI, 2007; e Cristina CARRASCO, 2008.

Referências

BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?”. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: EDUSC, 2007. p. 21-58.

CARRASCO, Cristina. “Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista”. In: SILVEIRA, Maria

Lucia da; TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008. p. 91-104.

DURAN, Maria Angeles. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Soraia Carolina de Mello ■
Universidade Federal de Santa Catarina